

EDITORIAL DE JULHO/2020:

A "NOVA RAZÃO DO MUNDO" E A BNCC DO ENSINO MÉDIO

No livro intitulado *A nova razão do mundo*, datado de 2009, Pierre Dardot e Christian Laval descrevem um fenômeno, característico do neoliberalismo contemporâneo, que apenas se acentuou nos últimos anos e que ganhou seu giro final com a pandemia da Covid-19 e o encolhimento do mundo às polegadas de nossas mais diferentes telas: trata-se da penetração cada vez mais acentuada da nomenclatura, da lógica e dos procedimentos da racionalidade neoliberal e empresarial aos mais diferentes domínios da existência humana. Em outras palavras, “concorrência”, “desempenho”, “austeridade”, “produtividade”, “eficácia”, “resultados”, “visibilidade”, “redes”, “contatos”, “comunicação”, “gestão”, “flexibilização” e tantos e tantos outros já não são mais termos circunscritos ao mundo dos negócios, das finanças e do mercado, aos quais Estado e indivíduo, por exemplo, poderiam se contrapor como negatividade irreconciliável ou como campos restritivos capazes regular e impor limites e regras ao projeto de expansão ilimitada do que é da ordem privada e, portanto, demanda liberdade irrestrita de circulação. Na verdade, menos que Estado e indivíduo, deveríamos falar, antes, de um “governo empresarial” e de um “neossujeito liberal”.

Paralelamente aos discursos de Estado mínimo e às políticas de austeridade e de enxugamento da “máquina pública”, acompanhamos, nas últimas décadas, um ataque ao Estado que funciona de modo ao mesmo tempo mais sutil e orgânico: tão importante quanto fazer o público retroceder é, na verdade, averiguá-lo continuamente a partir dos critérios da “boa governança”, isto é, das mesmas práticas de gestão, de controle da produtividade, de *management*, de empreendedorismo etc. que regulam o âmbito privado. Menos que uma “exterioridade” em relação ao mercado, o Estado confunde-se com este e procede por meio da sua nomenclatura e de suas práticas “exemplares” e “mais eficientes”: assim como a empresa, o público deve ser “gerido” de forma “flexível”, “descentralizada”, “produtiva”, “criativa”, “austera”, “responsável”... O Estado deve prestar contas àqueles que financiam o seu funcionamento, assim como as empresas devem agradar permanentemente os consumidores por meio dos serviços que oferecem. Ora, talvez seja dispensável dizer que a manutenção de um Estado destituído de tudo aquilo que não é empresa fragiliza a democracia. Interessa observar, de todo modo, como essa lógica produz uma aversão à esfera pública, que acaba sendo preenchida cada vez mais pela figura de um político-gestor tão incorruptível quanto a empresa.

Mas a cultura da empresa, para além de penetrar e gerir o Estado, acaba por cristalizar-se também nos processos de subjetivação individuais. Tal como o “mundo dos negócios”, o sujeito hoje precisa mostrar-se “competente”, “habilidoso”, “estimulado”, “criativo”, “empreendedor”, “comunicativo”, “eficiente”. A alma do neossujeito, em tempos de “trabalhos” que se configuram como possibilidade de captura do outro nas plataformas digitais, confunde-se com a alma da empresa e da conquista do consumidor. A *gig economy* talvez tenha conferido o sentido mais bem-acabado a esse cenário: por pior que sejam as condições objetivas – por mais que “trabalho” seja uma categoria quase em extinção –, todos nós podemos, uma vez providos de um corpo, realizar um pequeno empreendimento eventualmente promissor, a “empresa de si”. São microempreendedores, hoje, tanto os inúmeros *youtubers* que arrastam consigo os belos saberes da “vida nua”, quanto os tantos “colaboradores” de aplicativos ou serviços digitais, cujos vínculos trabalhistas evaporam a partir do primeiro problema – um acidente de trânsito, por exemplo. Meros mediadores, os aplicativos não contam com a inconveniência da concretude do corpo que para eles trabalha.

A constatação desse conjunto de novos elementos que organizam a existência cotidiana enseja a reflexão por parte daqueles que se debruçam sobre o processo de escolarização e, conseqüentemente, sobre como tal reorganização social interfere, em nosso caso em particular, na proposta da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Tal qual o documento afirma, é nesta etapa que os jovens se defrontam com um mundo cada vez mais complexo, dinâmico e cheio de incertezas no que se refere ao mundo do trabalho, ou seja, toda a dinâmica social que a atividade laboral demanda passa a fazer parte do rol de preocupações e escolhas que os jovens farão a partir de uma “nova razão do mundo”. Nesse sentido, é necessário compreender e decifrar o enigma formativo que a antecipação do mundo do trabalho claramente promove quanto às decisões do futuro próximo e como este projeto – o ato de antecipar o futuro – se vincula a uma proposta curricular que cria possibilidades reais de transformação social no âmbito coletivo.

A “via natural” da flexibilização desinteressada e da escolha antecipada, para aqueles que se situam cotidianamente no campo contrário da estabilidade socioeconômica, é sua vinculação ao tempo pseudo cíclico espetacular: a crença na ideia de que a suas escolhas irão refletir, de maneira direta e linear, em seu futuro profissional, e que se tal projeto não se realizar, foi porque lhe faltou capacidade, inteligência, ânimo. O mundo do trabalho, regido pelo tempo extenuante e pelas angústias que as escolhas individuais feitas a partir de uma margem rasa de conhecimento podem suscitar, não mais vincula a todos em torno de si, mas nos convida a questionar como produzir a existência a partir de conceitos que, num futuro breve, talvez não façam mais parte do nosso léxico laboral, como “emprego”, “profissão”, “função” dentre outros. Estes, por sua própria condição

| | | | |
|--------|------------------|---|-----------|
| OEMESC | Editorial mensal | http://www.udesc.br/ensinomedioemsc | Jul. 2020 |
|--------|------------------|---|-----------|

histórica, poderão ser expressos de modo resumido por “ocupação” (*job*), forma recente sob a qual o trabalho no século XXI tende a se manifestar a partir da *gig economy*.

A mera “ocupação” laboral não demanda educação integral, nem tampouco em tempo integral, mas sim a escolarização mínima necessária para tal. Ela é consequência de um mundo do trabalho instável, desregulado e mediado por determinados dispositivos tecnológicos que naturalizam tal condição. A “ocupação” se institui por meio da regularidade e linearidade formativa: nem muita, nem pouca escolarização; nem mais, nem menos formação, só a estritamente necessária. Ela deve ser o sinal de alerta e não o farol que orienta as possibilidades educacionais de nossos jovens. Nesse caso, diante da “instabilidade” e da “complexidade” que organizam o mundo do trabalho no século XXI, tal qual o texto da BNCC do Ensino Médio indica, tenhamos uma certeza de antemão: que a flexibilização superficial e a escolha sem reflexão não se tornem a via natural para a “ocupação”. Que as escolhas feitas pelos jovens a partir do novo ensino médio possam criar possibilidades reais de projetá-los para um futuro para além do presente perpétuo da *gig economy* e da padronização ‘cor-de-rosa’ (nem vermelho, nem branco) do neossujeito, o qual não deve criar expectativas quanto ao futuro, nem tampouco embasar suas decisões em seu contexto histórico; que abra mão da cultura geral por um somatório de conhecimentos da ordem do estritamente necessário. Que o cor-de-rosa não seja a cor que expresse o percurso formativo da nossa juventude!

Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller

Professor do PPGE e PPGDS da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
Pesquisador OEMESC

Prof. Dr. André Cechinel

Professor do Mestrado em Educação e do Curso de Letras UNESC
Pesquisador OEMESC

| | | | |
|--------|---------------------|---|-----------|
| OEMESC | Editorial mensal | http://www.udesc.br/ensinomedioemsc | Jul. 2020 |
|--------|---------------------|---|-----------|